

23/05/2022

PLENÁRIO

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748
DISTRITO FEDERAL**

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO E
OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE - CONAMA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV
ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE -
ABRAMPA
AM. CURIAE. : REDE NACIONAL PRÓ UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO - REDE PRÓ UC
ADV.(A/S) : VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA
ADV.(A/S) : DOUGLAS HERRERA MONTENEGRO
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S) : RUDY MAIA FERRAZ
ADV.(A/S) : RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN
ADV.(A/S) : TACIANA MACHADO DE BASTOS
AM. CURIAE. : CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO - CBIC
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO - AELO
AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA,
LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS
RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO -
SECOVI
ADV.(A/S) : MARCELO TERRA
ADV.(A/S) : MARCOS ANDRE BRUXEL SAES
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE
CIMENTO - SNIC

ADPF 748 / DF

ADV.(A/S)	:WERNER GRAU NETO
ADV.(A/S)	:CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO
AM. CURIAE.	:CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S)	:LEONARDO ESTRELA BORGES
ADV.(A/S)	:CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA ELETRICA - ABCE
ADV.(A/S)	:WERNER GRAU NETO
ADV.(A/S)	:CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO
ADV.(A/S)	:CLARA AMOROSO DE ANDRADE

EMENTA

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. AFRONTA AO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 500/2020. REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES NºS 84/2001, 302/2002 E 303/2002. LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO. PARÂMETROS, DEFINIÇÕES E LIMITES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS E REGIME DE USO DO ENTORNO. PARÂMETROS, DEFINIÇÕES E LIMITES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM GERAL. SUPRESSÃO DE MARCOS REGULATÓRIOS AMBIENTAIS. RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL. PROCEDÊNCIA. RESOLUÇÃO CONAMA N º 499/2020. COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS EM FORNOS ROTATIVOS DE PRODUÇÃO DE CLÍNQUER. COMPATIBILIDADE CONSTITUCIONAL COM OS PARÂMETROS NORMATIVOS. IMPROCEDÊNCIA QUANTO AO PONTO.

1. O exercício da competência normativa do CONAMA vê os seus limites materiais condicionados aos parâmetros fixados pelo constituinte e pelo legislador. As Resoluções editadas pelo órgão preservam a sua legitimidade quando cumprem o conteúdo material da Constituição e da legislação ambiental. A preservação da ordem constitucional vigente de proteção do meio ambiente impõe-se, pois, como limite substantivo ao

ADPF 748 / DF

agir administrativo.

2. O poder normativo atribuído ao CONAMA pela respectiva lei instituidora consiste em instrumento para que dele lance mão o agente regulador no sentido da implementação das diretrizes, finalidades, objetivos e princípios expressos na Constituição e na legislação ambiental. Em outras palavras, a orientação seguida pelo Administrador deve necessariamente mostrar-se compatível com a ordem constitucional de proteção do patrimônio ambiental. Eventualmente falhando nesse dever de justificação, expõe-se a atividade normativa do ente administrativo ao controle jurisdicional da sua legitimidade. Tais objetivos e princípios são extraídos, primariamente, do art. 225 da Lei Maior, a consagrar que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

3. A mera revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis necessários ao cumprimento da legislação ambiental, sem sua substituição ou atualização, compromete a observância da Constituição, da legislação vigente e de compromissos internacionais.

4. A revogação da Resolução CONAMA nº 284/2001 sinaliza dispensa de licenciamento para empreendimentos de irrigação, mesmo que potencialmente causadores de modificações ambientais significativas, a evidenciar graves e imediatos riscos para a preservação dos recursos hídricos, em prejuízo da qualidade de vida das presentes e futuras gerações (art. 225, *caput* e § 1º, I, da CF).

5. A revogação das Resoluções nºs 302/2002 e 303/2002 distancia-se dos objetivos definidos no art. 225 da CF, baliza material da atividade normativa do CONAMA. Estado de anomia e descontrole regulatório, a configurar material retrocesso no tocante à satisfação do dever de proteger e preservar o equilíbrio do meio ambiente, incompatível com a ordem constitucional e o princípio da precaução. Precedentes. Retrocesso na proteção e defesa dos direitos fundamentais à vida (art. 5º, *caput*, da

ADPF 748 / DF

CF), à saúde (art. 6º da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, *caput*, da CF).

6. A Resolução CONAMA nº 500/2020, objeto de impugnação, ao revogar normativa necessária e primária de proteção ambiental na seara hídrica, implica autêntica situação de degradação de ecossistemas essenciais à preservação da vida sadia, comprometimento da integridade de processos ecológicos essenciais e perda de biodiversidade, assim como o recrudescimento da supressão de cobertura vegetal em áreas legalmente protegidas.

A degradação ambiental tem causado danos contínuos à saúde (art. 6º CRFB), à vida (art. 5º, *caput*, CRFB) e à dignidade das pessoas (art. 1º, III, CRFB), mantendo a República Federativa do Brasil distante de alcançar os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CRFB), alcançar o desenvolvimento nacional (art. 3º, II, CRFB), que só é efetivo se sustentável, e promover o bem de todos (art. 3º, IV, CRFB). Tais danos são potencializados pela ausência de uma política pública eficiente de repressão, prevenção e reparação de danos ambientais.

7. Ao disciplinar condições, critérios, procedimentos e limites a serem observados no licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para a atividade de coprocessamento de resíduos, a Resolução CONAMA nº 499/2020 atende ao disposto no art. 225, § 1º, IV e V, da CF, que exige estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente e impõe ao Poder Público o controle do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Mostra-se consistente, ainda, com o marco jurídico convencional e os critérios setoriais de razoabilidade e proporcionalidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 6º, XI, da Lei nº 12.305/2010).

8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020, no que revogou as Resoluções

ADPF 748 / DF

CONAMA n.ºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002. Improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA n.º 499/2020.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em julgar parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA n.º 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA n.º 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada, e julgar improcedente o pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA n.º 499/2020, nos termos do voto da Relatora e por unanimidade de votos, em sessão virtual do Pleno de 13 a 20 de maio de 2022, na conformidade da ata do julgamento.

Brasília, 23 de maio de 2022.

Ministra Rosa Weber
Relatora

18/12/2021

PLENÁRIO

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748
DISTRITO FEDERAL**

RELATORA : **MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : **PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB**
ADV.(A/S) : **RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO E
OUTRO(A/S)**
INTDO.(A/S) : **PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO
AMBIENTE - CONAMA**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**
AM. CURIAE. : **PARTIDO VERDE - PV**
ADV.(A/S) : **VERA LUCIA DA MOTTA**
AM. CURIAE. : **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE -
ABRAMPA**
AM. CURIAE. : **REDE NACIONAL PRÓ UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO - REDE PRÓ UC**
ADV.(A/S) : **VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA**
ADV.(A/S) : **DOUGLAS HERRERA MONTENEGRO**
AM. CURIAE. : **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
DO BRASIL - CNA**
ADV.(A/S) : **RUDY MAIA FERRAZ**
ADV.(A/S) : **RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN**
ADV.(A/S) : **TACIANA MACHADO DE BASTOS**
AM. CURIAE. : **CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO - CBIC**
AM. CURIAE. : **ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO - AELO**
AM. CURIAE. : **SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA,
LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS
RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO -
SECOVI**
ADV.(A/S) : **MARCELO TERRA**
ADV.(A/S) : **MARCOS ANDRE BRUXEL SAES**
AM. CURIAE. : **SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE
CIMENTO - SNIC**

ADPF 748 / DF

ADV.(A/S)	:WERNER GRAU NETO
ADV.(A/S)	:CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO
AM. CURIAE.	:CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S)	:LEONARDO ESTRELA BORGES
ADV.(A/S)	:CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA ELETRICA - ABCE
ADV.(A/S)	:WERNER GRAU NETO
ADV.(A/S)	:CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO
ADV.(A/S)	:CLARA AMOROSO DE ANDRADE

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):

1. Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo **Partido** em face da **Resolução nº 500, de 28 de setembro de 2020, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)**, no que **revoga as Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002**.

Os atos normativos revogados dispõem, respectivamente, sobre **(i)** o licenciamento de empreendimentos de irrigação, **(ii)** os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno e **(iii)** os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Impugna, também, **(iv)** a Resolução do CONAMA resultante do processo nº 02000.002783/2020- 43, sobre “licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer”, que diz revogar e substituir a Resolução nº 264/1999.

2. A agremiação autora afirma, inicialmente, a sua **legitimidade ativa**, a **adequação** da via eleita, o caráter de **fundamentalidade** dos preceitos constitucionais invocados e o atendimento do requisito da **subsidiariedade**.

3. Alega que os atos normativos impugnados traduzem violação dos preceitos fundamentais concernentes à eficiência, motivação e estrita legalidade dos atos da Administração pública (**art. 37, caput, da CF**), ao

ADPF 748 / DF

direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à proibição do retrocesso socioambiental (art. 225 da CF) e ao postulado da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI, da CF).

4. À alegação de que evidenciada a plausibilidade do direito invocado, bem como o risco de potenciais consequências imediatas no sentido do agravamento do quadro já crítico de degradação ambiental, requer o autor a concessão de medida liminar *ad referendum* do Plenário para suspender imediatamente os efeitos das Resoluções aprovadas durante a 135ª Reunião Ordinária do CONAMA, em 28 de setembro de 2020.

5. No mérito, pugna ela procedência da arguição de descumprimento de preceito fundamental, a fim de que seja reconhecida a inconstitucionalidade (i) da Resolução nº 500, de 28 de setembro de 2020, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que revoga as Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002; e (ii) da Resolução CONAMA n. 499/2020, sobre licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.

6. A mim distribuído o feito em 01.10.2020, na forma do art. 77-B do RISTF, por prevenção em relação à arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 747, determinei a tramitação conjunta.

7. Nas informações prestadas pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente elaboradas pela Consultoria Jurídica junto ao respectivo Ministério, afirma-se que as revogações tiveram lastro em controle de juridicidade em face de preceitos da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), cuja constitucionalidade foi reconhecida por este Supremo Tribunal Federal e que, não obstante revogadas as Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, permanecem em vigor os dispositivos pertinentes às matérias nelas tratadas da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), bem como a legislação sobre o bioma da Mata Atlântica e a Zona Costeira, a afastar qualquer prejuízo ao meio ambiente que pudesse ensejar o deferimento do pedido de tutela de urgência.

Alude-se à natureza das Resoluções do CONAMA de “atos

ADPF 748 / DF

administrativos normativos regulamentares e não autônomos, de natureza secundária”, cujo parâmetro de análise é a lei regulamentada. Observa-se justificada, a revogação da Resolução nº 284/2001, em juízo de inconstitucionalidade superveniente por ofensa ao princípio da proporcionalidade, bem como fundada, a revogação das Resoluções nºs 302/2002 e 303/2002 na “aplicação do instituto da caducidade, haja vista a perda de efeitos jurídicos dessas Resoluções em virtude da superveniência do novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que disciplinou de forma diversa os parâmetros e o regime de uso das Áreas de Preservação Permanente”. No tocante à Resolução CONAMA sobre “licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer”, que revoga e substitui a Resolução nº 264/1999, limita-se a afirmar que se trata de tema de feição eminentemente técnico-ambiental.

7. Manifestação do Advogado-Geral da União pelo não conhecimento dos feitos e, sucessivamente, pelo indeferimento dos pedidos de liminar, em arrazoado assim ementado:

“Administrativo. Resolução nº 500/2020, que revoga as Resoluções nº 284/2001, nº 302/2002, e nº 303/2002, todas do CONAMA. Preliminares. Falta de juntada de instrumento de procuração. Falta de juntada de cópias do ato impugnado. Inobservância do requisito da subsidiariedade. Inexistência de ofensa direta à Constituição Federal. Mérito. Ausência de *fumus boni iuris*. O diploma atacado apenas reconheceu a ocorrência da caducidade das Resoluções nº 302/2002 e nº 303/2002, em razão da perda do sustentáculo legal que tais diplomas detinham à época de sua edição. A legislação ordinária ambiental foi profundamente alterada, especialmente pela Lei nº 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal, o qual servia de fundamento de validade para os citados atos infralegais. A Resolução nº 284/2001, embora não conflitasse com a legislação vigente, configurava norma desnecessária, eis que simplesmente reunia trechos constantes de outros diplomas relacionados à matéria. O Decreto nº 10.139/2019 tornou obrigatória a expressa revogação de normas em situações como

ADPF 748 / DF

a ora discutida. Não se vislumbra mitigação da proteção ao meio ambiente, tampouco retrocesso socioambiental (artigo 225 da Constituição). Inexistência de *periculum in mora*. Manifestação pelo não conhecimento da arguição e, quanto ao pedido de medida cautelar, pelo seu indeferimento.”

8. Em 22.10.2020, a autora apresentou aditamento à petição inicial em que noticia a publicação da Resolução CONAMA nº 499/2020, que permite a queima de resíduos em fornos de produção de clínquer, no Diário Oficial da União de 08.10.2020 e a publicação da Resolução CONAMA nº 500/2020, que revoga as Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, no Diário Oficial da União de 21.10.2020, com previsão de entrada em vigor após sete dias.

9. Considerado o pedido de medida cautelar e a configuração dos pressupostos exigidos, plausibilidade do direito afirmado e o perigo da demora na prestação jurisdicional para a tutela do direito vindicado, julguei-o parcialmente procedente, a referendo do Plenário, para suspender, até o julgamento do mérito desta ação, os efeitos da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002. Indeferi o pedido de suspensão da eficácia da Resolução CONAMA nº 499/2020.

Em momento sucessivo, o Plenário na arena decisória virtual, ratificou, por unanimidade, a medida cautelar deferida (DJ 10.12.2020). Transcrevo a ementa, por traduzir as razões de decidir compartilhadas no julgamento:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PEDIDO DE LIMINAR. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS ARTS. 1º, CAPUT E III, 5º, CAPUT, XXXVI E § 1º, 6º, 60, § 4º, IV, E 225 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RESOLUÇÃO CONAMA N º 500/2020. REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES N º S 84/2001, 302/2002 E 303/2002. LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO. PARÂMETROS, DEFINIÇÕES E LIMITES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE

ADPF 748 / DF

RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS E REGIME DE USO DO ENTORNO. PARÂMETROS, DEFINIÇÕES E LIMITES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM GERAL. SUPRESSÃO DE MARCOS REGULATÓRIOS AMBIENTAIS. APARENTE RETROCESSO. FUMUS BONI JURIS E PERICULUM IN MORA DEMONSTRADOS. RESOLUÇÃO CONAMA N º 499/2020. COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS EM FORNOS ROTATIVOS DE PRODUÇÃO DE CLÍNQUER. FUMUS BONI JURIS NÃO DEMONSTRADO. MEDIDA LIMINAR DEFERIDA EM PARTE. REFERENDO.

1. A mera revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis necessários ao cumprimento da legislação ambiental, sem sua substituição ou atualização, compromete a observância da Constituição, da legislação vigente e de compromissos internacionais.

2. A revogação da Resolução CONAMA nº 284/2001 sinaliza dispensa de licenciamento para empreendimentos de irrigação, mesmo que potencialmente causadores de modificações ambientais significativas a evidenciar graves e imediatos riscos para a preservação dos recursos hídricos, em prejuízo da qualidade de vida das presentes e futuras gerações (art. 225, caput e § 1º, I, da CF). A revogação das Resoluções nºs 302/2002 e 303/2002 distancia-se dos objetivos definidos no art. 225 da CF, baliza material da atividade normativa do CONAMA. Aparente estado de anomia e descontrole regulatório, a configurar material retrocesso no tocante à satisfação do dever de proteger e preservar o equilíbrio do meio ambiente, incompatível com a ordem constitucional e o princípio da precaução. Precedentes. Aparente retrocesso na proteção e defesa dos direitos fundamentais à vida (art. 5º, caput, da CF), à saúde (art. 6º da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF). *Fumus boni juris* demonstrado.

3. Elevado risco de degradação de ecossistemas essenciais à preservação da vida sadia, comprometimento da integridade de processos ecológicos essenciais e perda de biodiversidade, a

ADPF 748 / DF

evidenciar o *periculum in mora*.

4. Ao disciplinar condições, critérios, procedimentos e limites a serem observados no licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para a atividade de coprocessamento de resíduos, a Resolução CONAMA nº 499/2020 atende ao disposto no art. 225, § 1º, IV e V, da CF, que exige estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente e impõe ao Poder Público o controle do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Mostra-se consistente, ainda, com o marco jurídico convencional e os critérios setoriais de razoabilidade e proporcionalidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 6º, XI, da Lei nº 12.305/2010), a afastar o *fumus boni juris*.

5. Liminar parcialmente deferida, ad referendum do Plenário, para suspender os efeitos da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002. 6. Medida liminar referendada. ” (edoc 87)

10. O Advogado-Geral da União impugnou a decisão monocrática cautelar por agravo regimental, o qual perdeu objeto, em decorrência do julgamento colegiado do referendo da decisão.

11. Na manifestação de mérito juntada ao processo, o Advogado-Geral da União, retoma a argumentação inicial, no sentido da inadmissibilidade desta arguição de descumprimento de preceito fundamental e, no mérito, da sua improcedência, conforme argumentos relacionados abaixo:

Administrativo. Resolução nº 500/2020, que revoga as Resoluções nº 284/2001, nº 302/2002, e nº 303/2002, todas do CONAMA, e Resolução nº 499/2020, sobre licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer. Preliminares. Inexistência de ofensa direta à Constituição Federal. Inobservância do requisito da

ADPF 748 / DF

subsidiariedade. Mérito. A Resolução nº 500/2020 apenas reconheceu a ocorrência da caducidade das Resoluções nº 302/2002 e nº 303/2002, em razão da perda do sustentáculo legal que tais diplomas detinham à época de sua edição. A legislação ordinária ambiental foi profundamente alterada, especialmente pela Lei nº 12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal, o qual servia de fundamento de validade para os citados atos infralegais. A Resolução nº 284/2001, embora não conflitasse com a legislação vigente, configurava norma desnecessária, eis que simplesmente reunia trechos constantes de outros diplomas relacionados à matéria. O Decreto nº 10.139/2019 tornou obrigatória a expressa revogação de normas em situações como a ora discutida. A Resolução nº 499/2020, sobre licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer, não desborda das diretrizes estatuídas na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois o coprocessamento é uma alternativa de destinação final ambientalmente adequada. Não se vislumbra vulneração ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à proteção constitucional à vida, à saúde e à integridade física, tampouco retrocesso institucional e socioambiental. Manifestação pelo não conhecimento da arguição e, quanto ao mérito, pela improcedência do pedido.

12. O Procurador-Geral da República manifesta-se pelo conhecimento parcial da ADPF, para que seu objeto fique circunscrito à compatibilidade constitucional da Resolução 500/2020 na parte em que revogou as Resoluções CONAMA 284/2001, 302/2002 e o art. 3º, IX e X, da Resolução CONAMA 303/2002, bem como da Resolução CONAMA 499/2020. No mérito, assinala a procedência parcial do pedido, consoante argumentos identificados no parecer juntado:

CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. RESOLUÇÃO CONAMA 500/2020. REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 284/2001, 302/2002 E 303/2002. IMPUGNAÇÃO

ADPF 748 / DF

DEFICIENTE. CONHECIMENTO PARCIAL. LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO. DEFINIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES PROTETIVAS RELATIVAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RETROCESSO NA PROTEÇÃO AMBIENTAL. PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO. OFENSA AO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RESOLUÇÃO CONAMA 499/2020. SUBSTITUIÇÃO DA RESOLUÇÃO 264/1999. ATIVIDADE DE LICENCIAMENTO DO COPROCESSAMENTO DE RESÍDUOS EM FORNOS ROTATIVOS DE PRODUÇÃO DE CLÍNQUER. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DE TRATADOS INTERNACIONAIS. INOCORRÊNCIA. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E DA ECOLOGIA.

1. A ausência de impugnação específica de todos os preceitos da lei, uma vez suscitada a invalidade da integralidade do diploma, leva ao conhecimento parcial da ação, para exame apenas dos dispositivos efetivamente impugnados.

2. O conjunto de princípios e dispositivos constitucionais, bem como de balizas jurisprudenciais, que há de informar a formulação de políticas públicas em matéria ambiental e a atuação de controle do Poder Judiciário preconiza a observância dos princípios constitucionais pertinentes à defesa do ambiente: precaução, prevenção e proibição do retrocesso, da preservação da esfera de tomada de decisão atribuída constitucionalmente às instâncias democráticas e representativas na ponderação entre a necessidade de proteção ambiental e os valores que orientam a ordem econômica instituída pela Constituição Federal, tais como os objetivos de garantir o desenvolvimento nacional (CF, art. 3º, II), de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir as desigualdades sociais e regionais (CF, arts. 3º, III, e 170, VII), bem como os princípios do progresso da humanidade, regente das relações internacionais (CF, art. 4º, IX), da livre-iniciativa (CF, arts. 1º, IV, e 170), da

ADPF 748 / DF

propriedade privada (arts. 5º, caput e XXII, e 170, II) e da busca do pleno emprego (arts. 170, VIII, e 6º).

3. Compete ao CONAMA estabelecer regulamentação em matéria ambiental, principalmente por resoluções de alcance nacional que estabelecem diretrizes, normas técnicas, critérios e padrões ambientais a serem seguidos pelos demais órgãos encarregados da proteção ambiental, aplicáveis inclusive ao licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como à delimitação de áreas de preservação permanente.

4. O novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) não revogou automaticamente os atos normativos anteriormente expedidos pelo CONAMA que não sejam com ele incompatíveis, devendo tais regulamentos ser mantidos em observância aos princípios da prevenção, da precaução e da proibição do retrocesso que regem o direito ambiental.

5. A revogação da respectiva regulamentação específica gera insegurança e incerteza jurídica quanto aos critérios exigíveis para o licenciamento de atividades de irrigação, com o potencial de que a prática passe a ser considerada exceção à incidência do art. 225, § 1º, IV, da CF, situação que não se mostra compatível com os deveres constitucionais de proteção e de preservação do meio ambiente equilibrado.

6. A ausência de quadro normativo a orientar a opção discricionária na definição das faixas a serem consideradas áreas de preservação no entorno de reservatórios d'água artificiais, que de acordo com o Novo Código Florestal há de caber ao órgão competente pelo licenciamento ambiental, pode acarretar a completa desproteção dessas áreas, ao possibilitar que a competência prevista no art. 225, § 1º, III, da CF seja exercida de forma inefetiva na proteção do meio ambiente.

7. O atual Código Florestal confere ao Chefe do Poder Executivo o poder normativo para criar Áreas de Preservação Permanente, mas não exclui de tal atribuição outros agentes políticos e colegiados constitucional e legalmente competentes, como o CONAMA, cuja atuação se encontra estabelecida em lei

ADPF 748 / DF

(Lei 6.938/1981, art. 6º, II) e em consonância com os ditames da Constituição Federal (art. 225, § 1º, III), que expressamente estabelece a possibilidade de criação de espaços especialmente protegidos por ato do Poder Público.

8. As mudanças promovidas no ato regulamentar que dispõe sobre o licenciamento de coprocessamento de resíduos em fornos de produção de clínquer não implicam violação da legislação aplicável, tampouco de tratados internacionais regentes da matéria, pois decorreram da necessidade de atualização da resolução, ante avanços tecnológicos ocorridos desde então, bem como em razão da superveniência de novas diretivas legais, a exemplo da Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs).

— Parecer pelo conhecimento parcial da arguição, para que seu objeto fique circunscrito à compatibilidade constitucional da Resolução 500/2020 na parte em que revogou as Resoluções CONAMA 284/2001, 302/2002 e o art. 3º, IX e X, da Resolução CONAMA 303/2002, bem como da Resolução CONAMA 499/2020. Na parte conhecida, pela procedência parcial do pedido, para declarar a inconstitucionalidade da revogação das Resoluções CONAMA 284/2001, 302/2002 e do art. 3º, IX e X, da Resolução CONAMA 303/2002.

13. Admiti o ingresso no feito, na qualidade de *amici curiae*, **(a)** do Partido Verde (petição nº 82374/2020), **(b)** da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente – ABRAMPA e da Rede Nacional Pró Unidades de Conservação – REDE PRÓ UC **(petição nº 96631/2020)**, **(c)** da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA **(petição nº 97043/2020)**, **(d)** da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, da Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano – AELO e do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI **(petição nº 97301/2020)**, **(e)** do Sindicato Nacional das Indústrias do Cimento - SNIC **((petição nº 97921/2020)**, **(f)** da Confederação Nacional da Indústria – CNI **(petição**

ADPF 748 / DF

98913/2020), e (g) Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica – ABCE (petição 68336/2021).

É o relatório.

18/12/2021

PLENÁRIO

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748
DISTRITO FEDERAL**

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):

1. Senhor Presidente, como afirmado no relatório, a controvérsia constitucional posta para deliberação e decisão de mérito circunscreve-se à validade da Resolução nº 500, de 28 de setembro de 2020, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no que revoga as Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002. Os atos normativos revogados dispõem, respectivamente, sobre (i) o licenciamento de empreendimentos de irrigação, (ii) os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno e (iii) os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Impugna, também, (iv) a Resolução CONAMA nº 499/2020 sobre “*licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer*”, que diz revogar e substituir a Resolução nº 264/1999.

Os parâmetros normativos de controle identificados no conjunto postulatório do processo identificam-se com os preceitos fundamentais da eficiência, motivação e estrita legalidade dos atos da Administração pública (**art. 37, caput, da CF**), do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à proibição do retrocesso socioambiental (**art. 225 da CF**) e da segurança jurídica (**art. 5º, XXXVI, da CF**).

PARTE I

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2. Reconheço, de plano, a legitimidade *ad causam* ativa do Partido Socialista Brasileiro para o ajuizamento da presente ação, nos termos dos arts. 2º, I, da Lei 9.882/1999 e 103, VIII, da Constituição da República, por se tratar de partido político com representação no Congresso Nacional.

3. Entendo **cabível** a presente arguição de descumprimento de

ADPF 748 / DF

preceito fundamental na medida em que tem por objeto, na forma do **art. 1º, caput, da Lei 9.882/1999**, evitar ou reparar lesões a preceitos fundamentais resultantes de ato do Poder Público de caráter normativo.

4. A arguição de descumprimento de preceito fundamental desempenha, no conjunto dos mecanismos de proteção da higidez da ordem constitucional, específica função de evitar, à falta de outro meio eficaz para tanto, a perenização no ordenamento jurídico de comportamentos estatais – ostentem eles ou não a natureza de atos normativos – contrários a um identificável núcleo de preceitos – princípios e regras – tidos como sustentáculos da ordem constitucional estabelecida.

O descumprimento de preceito fundamental, acionador do singular mecanismo de defesa da ordem constitucional (**art. 102, § 1º, da Carta Política**) que é a ADPF, manifesta-se na contrariedade às linhas mestras da Constituição. Pilares de sustentação, explícitos ou implícitos, sem os quais a ordem jurídica delineada pelo Poder Constituinte, seja ele originário ou derivado, ficaria desfigurada na sua própria identidade.

A própria redação do art. 102, § 1º, da Constituição da República, ao aludir a preceito fundamental “*decorrente desta Constituição*”, é indicativa de que os preceitos em questão não se restringem às normas expressas no seu texto, incluindo, também, **prescrições implícitas**, desde que revestidas dos indispensáveis traços de essencialidade e **fundamentalidade**. É o caso, por exemplo, de princípios como o da razoabilidade e o da confiança, realidades deontológicas integrantes da nossa ordem jurídica, objetos de sofisticados desenvolvimentos jurisprudenciais nesta Corte, embora não expressos na literalidade do texto constitucional.

Isso porque os conteúdos normativos – preceitos – da Constituição são revelados hermeneuticamente a partir da relação entre intérprete e texto, tomada a Constituição não como agregado de enunciados independentes, e sim como sistema normativo qualificado por sistematicidade e coerência interna.

Nessa ordem de ideias, tenho por inequívoco que a lesão ao preceito

ADPF 748 / DF

fundamental do **direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, assegurado no **art. 225 da Constituição da República**, considerada a sua posição de centralidade no complexo deontológico e político consubstanciado na Constituição, mostra-se passível de desfigurar a própria essência do regime constitucional pátrio.

Longe de consubstanciar norma meramente programática, jurisprudência e doutrina reconhecem que o **direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado** se configura como **direito fundamental da pessoa humana**. Para Anizio Pires Gavião Filho,

A caracterização do direito ao ambiente como direito fundamental pode ser racionalmente justificada se for considerado que: i) as normas que se referem ao ambiente (...) vinculam juridicamente a atuação das funções legislativa, executiva e jurisdicional, especificamente porque são normas do tipo ia) vinculante, constitutiva de direito subjetivo definitivo; ib) vinculante, constitutiva de direito subjetivo *prima facie*; ic) vinculante, constitutiva de dever objetivo do Estado definitivo; id) vinculante, constitutiva de dever objetivo do Estado *prima facie*; ii) o direito ao ambiente é direito formal e materialmente fundamental. (GAVIÃO FILHO, Anizio Pires. O Direito Fundamental ao Ambiente como Direito a Prestações em Sentido Amplo. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, n. 2, ago. 2014)

Outra não foi a compreensão desta Suprema Corte ao reputar satisfeitos os requisitos de admissibilidade da **ADPF 101**, em que apontada lesão aos **arts. 196 e 225 da CF** diante de decisões judiciais autorizando a importação de pneus usados, a despeito da existência de normas proibindo expressamente a atividade:

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO
FUNDAMENTAL: ADEQUAÇÃO. OBSERVÂNCIA DO
PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. ARTS. 170, 196 E 225 DA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

ADPF 748 / DF

CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS PROIBITIVOS DA IMPORTAÇÃO DE PNEUS USADOS. (...) 1. **Adequação da arguição pela correta indicação de preceitos fundamentais atingidos, a saber, o direito à saúde, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (arts. 196 e 225 da Constituição Brasileira) e a busca de desenvolvimento econômico sustentável: princípios constitucionais da livre iniciativa e da liberdade de comércio interpretados e aplicados em harmonia com o do desenvolvimento social saudável. (...)** (ADPF 101, Relatora Ministra Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 24.6.2009, DJe 04.6.2012)

Entendo, pois, diante do alegado na inicial, devidamente enquadrada a controvérsia constitucional, tal como se apresenta, em tese, em hipótese de lesão a preceitos fundamentais, devidamente identificados.

5. A presente arguição tampouco esbarra no óbice processual – **pressuposto negativo de admissibilidade** – do art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/1999 (“*Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade*”).

Demonstrada, no caso, a partir das argumentações e elementos informacionais aportados no processo, a insuficiência dos meios processuais ordinários para assegurar solução adequada e efetiva à controvérsia posta. É que prestigiada, na interpretação daquele dispositivo, a eficácia típica dos processos objetivos de proteção da ordem constitucional, vale dizer, a eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante próprios ao controle concentrado de constitucionalidade. Significa afirmar que a chamada cláusula de **subsidiariedade** impõe a inexistência de outro meio tão eficaz e definitivo quanto a ADPF para sanar a lesividade. É dizer, de outra medida adequada no universo do **sistema concentrado de jurisdição constitucional**.

Superado o juízo de admissibilidade, já deliberado na medida cautelar, passo a analisar o mérito da demanda constitucional.

ADPF 748 / DF

PARTE II
JUÍZO DE MÉRITO

6. Instituído pelo **art. 6º, II, da Lei nº 6.938/1981**, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, consiste o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – em órgão **consultivo e deliberativo** com as funções precípua de **(i) assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais; e (ii) deliberar**, no âmbito de sua competência, sobre **normas e padrões** compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

O CONAMA integra a estrutura do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente –, conjunto dos órgãos e entidades **responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental** nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Dentro dessa estrutura, as competências do CONAMA, em particular, são articuladas no **art. 8º da Lei nº 6.938/1981**:

Art. 8º Compete ao CONAMA:

I – estabelecer, mediante proposta do IBAMA, **normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras**, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA;

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.

III – (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009).

IV – homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental;

V – determinar, mediante representação do IBAMA, a

ADPF 748 / DF

perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VI – estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

VII – **estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.** (destaquei)

A Lei nº 6.938/1981 é regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, que disciplina o funcionamento do CONAMA, detalhando o exercício das suas competências, e cujo art. 7º, XVIII, estabelece competir-lhe “*deliberar, sob a forma de resoluções, proposições, recomendações e moções, visando o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente*”.

7. À evidência, o legislador confiou ao CONAMA **ampla e relevante função normativa** em matéria de proteção ambiental, como já reconheceu precedentes desta Suprema Corte:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 458/2013. CABIMENTO. OFENSA DIRETA. ATO NORMATIVO PRIMÁRIO, GERAL E ABSTRATO. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. DIREITO FUNDAMENTAL. PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO E DA PRECAUÇÃO. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE. PROIBIÇÃO DO RETROCESSO. PRINCÍPIOS DA PREVENÇÃO E DA PRECAUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA. 1. A Resolução impugnada é ato normativo primário, dotada de generalidade e abstração suficientes a permitir o controle concentrado de constitucionalidade. 2. Disciplina que conduz justamente à conformação do amálgama que busca adequar a proteção ambiental à justiça social, que, enquanto valor e fundamento da ordem econômica (CRFB, art. 170, *caput*)

ADPF 748 / DF

e da ordem social (CRFB, art. 193), protege, ao lado da defesa do meio ambiente, o valor social do trabalho, fundamento do Estado de Direito efetivamente democrático (art. 1º, IV, da CRFB), e os objetivos republicanos de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Art. 3º, I e III). 3. Deve-se compreender o projeto de assentamento não como empreendimento em si potencialmente poluidor. Reserva-se às atividades a serem desenvolvidas pelos assentados a consideração acerca do potencial risco ambiental. Caberá aos órgãos de fiscalização e ao Ministério Público concretamente fiscalizar eventual vulneração do meio ambiente, que não estará na norma abstrata, mas na sua aplicação, cabendo o recurso a outras vias de impugnação. Precedentes. 4. É assim que a resolução questionada não denota retrocesso inconstitucional, nem vulnera os princípios da prevenção e da precaução ou o princípio da proteção deficiente. 5. Ação direta julgada improcedente. (ADI 5547/DF, Relator Ministro Edson Fachin, j. 22.9.2020, DJe 06.10.2020)

Também o **Superior Tribunal de Justiça**, por meio de distintos precedentes, tem reconhecido a competência do CONAMA para “*editar resoluções que visem à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, inclusive mediante a fixação de parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente*” (STJ, **REsp 1.462.208/SC**, Relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma julgado em 11.11.2014, DJe 06.4.2015).No mesmo sentido interpretativo:

Possui o CONAMA autorização legal para editar resoluções que visem à proteção das reservas ecológicas, entendidas como as áreas de preservação permanentes existentes às margens dos lagos formados por hidrelétricas. Consistem elas normas de caráter geral, às quais devem estar vinculadas as normas estaduais e municipais, nos termos do artigo 24, inciso VI e §§ 1º e 4º, da Constituição Federal e do artigo 6º, incisos IV e V, e §§ 1º e 2º, da Lei n. 6.938/81. Uma vez

ADPF 748 / DF

concedida a autorização em desobediência às determinações legais, tal ato é passível de anulação pelo Judiciário e pela própria Administração Pública, porque dele não se originam direitos.” (STJ, REsp 194.617/PR, Relator Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma julgado em 16.4.2002, DJ 01.7.2002)

8. Embora dotado o órgão de considerável autonomia, a medida da competência normativa em que investido o CONAMA é, em face da **primazia do princípio da legalidade**, aquela perfeitamente especificada nas leis – atos do Parlamento – de regência.

O exercício da competência normativa do CONAMA vê os seus **limites materiais** condicionados aos parâmetros fixados pelo constituinte e pelo legislador. As Resoluções editadas pelo órgão preservam a sua **legitimidade** quando **cumprem o conteúdo material da Constituição e da legislação ambiental**. A preservação da ordem constitucional vigente de proteção do meio ambiente impõe-se, pois, como limite substantivo ao agir administrativo.

O poder normativo atribuído ao CONAMA pela respectiva lei instituidora consiste em instrumento para que dele lance mão o agente regulador no sentido da **implementação das diretrizes, finalidades, objetivos e princípios expressos na Constituição e na legislação ambiental**. Em outras palavras, a orientação seguida pelo Administrador deve necessariamente **mostrar-se compatível com a ordem constitucional de proteção do patrimônio ambiental**. Eventualmente falhando nesse dever de justificação, expõe-se a atividade normativa do ente administrativo ao controle jurisdicional da sua legitimidade.

9. Tais objetivos e princípios são extraídos, primariamente, do **art. 225 da Lei Maior**, a consagrar que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. O § 1º do preceito constitucional especifica, ainda, que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outros deveres: **preservar e restaurar** os processos ecológicos essenciais e **prover o manejo ecológico**

ADPF 748 / DF

das espécies e **ecossistemas** (art. 225, § 1º, I); **definir**, em todas as unidades da Federação, **espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos**, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, **vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção** (art. 225, § 1º, III); exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (art. 225, § 1º, IV); **controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente** (art. 225, § 1º, V); e **proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécies** (art. 225, § 1º, VII).

Fixada a moldura constitucional, a **Política Nacional do Meio Ambiente**, delineada pelo legislador nos arts. 2º e 4º da Lei nº 6.938/1981, tem, entre seus **objetivos**: (a) a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida (art. 2º, *caput*); (b) a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (art. 4º, I); (c) o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais (art. 4º, II); e (d) a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida (art. 4º, VI).

São princípios norteadores da Política Nacional do Meio Ambiente, definidos em lei, a **ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico**, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente **assegurado e protegido**, tendo em vista o uso coletivo (art. 2º, I, da Lei nº 6.938/1981); a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar (art. 2º, II); o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais (art. 2º, III); a **proteção dos ecossistemas**, com a **preservação de áreas representativas** (art. 2º, IV); a **recuperação de áreas degradadas** (art. 2º, VIII) e a **proteção de áreas ameaçadas de**

ADPF 748 / DF

degradação (art. 2º, IX).

Dispõe, ainda, o art. 7º, § 3º, do Decreto nº 99.274/1990 que “na fixação de normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, o CONAMA levará em consideração a capacidade de autorregeneração dos corpos receptores e a necessidade de estabelecer parâmetros genéricos mensuráveis”.

10. Realizada, em 28.9.2020, a sua 135ª Reunião Ordinária, o CONAMA aprovou a **Resolução nº 500/2020**, objeto da presente ADPF, pela qual foram revogadas as **Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002**.

11. A **Resolução CONAMA nº 284/2001** dispõe sobre o licenciamento de **empreendimentos de irrigação potencialmente causadores de modificações ambientais**. Classifica os empreendimentos de irrigação em categorias, segundo a dimensão da área irrigada e o método de irrigação empregado, define parâmetros a serem observados pelo órgão ambiental competente para o licenciamento e estabelece prioridade para os projetos que incorporem equipamentos e métodos de irrigação mais eficientes, em relação ao menor consumo de água e de energia.

Ao contrário do que apontam as **manifestações** do Ministério do Meio Ambiente e do Advogado-Geral da União, a **Resolução CONAMA nº 284/2001** não se revela redundante em relação à **Resolução CONAMA nº 237/1997**, que não versa sobre o licenciamento de **empreendimentos de irrigação**.

A revogação da **Resolução CONAMA nº 284/2001** sinaliza para a dispensa de licenciamento para **empreendimentos de irrigação**, mesmo quando potencialmente causadores de modificações ambientais significativas. Tal situação, além de configurar efetivo descumprimento, pelo Poder Público, do seu dever de atuar no sentido de preservar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico dos ecossistemas (art. 225, § 1º, I, da CF), sugere estado de anomia regulatória, a evidenciar graves e imediatos riscos para a preservação dos recursos hídricos, em prejuízo da qualidade de vida das presentes e

ADPF 748 / DF

futuras gerações (art. 225, *caput*, da CF).

Não se pode perder de vista que a água, bem de domínio público (art. 1º, I, da Lei nº 9.433/1997), é um recurso natural limitado, que não pode ser apropriado por pessoa física ou jurídica, e o seu uso sustentável deve ser regulado a fim de se proporcionar o uso múltiplo, bem como evitar situações de escassez ou mesmo de exaurimento. O direito à disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o uso adequado, titularizado pelas presentes e futuras gerações, impõe ao poder público, seu gestor, o dever de zelar pela utilização racional e sustentável desse recurso natural.

12. A Resolução CONAMA nº 302/2002 dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e institui a elaboração obrigatória de plano ambiental de conservação e uso do seu entorno.

Sustenta-se incompatível a referida resolução com o regime instituído pelo art. 4º, III e §§ 1º e 4º, da Lei nº 12.651/2012 e declarado constitucional por este Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 4903 e da ADC nº 42.

O antigo **Código Florestal (Lei nº 4.771/1965)** reconhecia como de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação situadas ao redor de reservatórios d'água artificiais (art. 2º, "b"), sem, contudo, definir os seus limites. Ao incluir o § 6º no art. 4º da Lei nº 4.771/1965, a **Medida Provisória nº 2.166-67/2001** delegou expressamente ao CONAMA a definição, mediante Resolução, dos parâmetros para delimitação dessas áreas e seu regime de uso. Nessa esteira, foi editada a **Resolução CONAMA nº 302/2002**.

O art. 4º, III, da Lei nº 12.651/2012 remete ao **licenciamento ambiental do empreendimento** a definição da faixa correspondente à área de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais. Questionada a constitucionalidade do preceito na ADI 4903 e na ADC 42, este Supremo Tribunal Federal assim decidiu, quanto ao ponto:

(e) Art. 4º, inciso III e §§ 1º e 4º (Áreas de preservação

ADPF 748 / DF

permanente no entorno de reservatórios artificiais que não decorram de barramento de cursos d'água naturais e de reservatórios naturais ou artificiais com superfície de até um hectare): As alegações dos requerentes sugerem a falsa ideia de que o novo Código Florestal teria extinto as APPs no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais. No entanto, esses espaços especialmente protegidos continuam a existir, tendo a lei delegado ao órgão que promover a licença ambiental do empreendimento a tarefa de definir a extensão da APP, consoante as especificidades do caso concreto. Essa opção legal evita os inconvenientes da solução *"one size fits all"* e permite a adequação da norma protetiva ao caso concreto. Por sua vez, a pretensão de constitucionalização da metragem de Área de Proteção Permanente estabelecida na lei revogada ofende o princípio democrático e a faculdade conferida ao legislador pelo art. 225, § 1º, III, da Constituição, segundo o qual compete à lei alterar, ou até mesmo suprimir, espaços territoriais especialmente protegidos. Pensamento diverso transferiria ao Judiciário o poder de formular políticas públicas no campo ambiental. **CONCLUSÃO:** Declaração de constitucionalidade do art. 4º, III e §§ 1º e 4º, do novo Código Florestal. (ADC 42 e ADI 4903, Relator Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 28.02.2018, DJe 13.8.2019)

Editada com base em delegação expressa do art. 4º, § 6º, da Lei nº 4.771/1965 (incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67/2001), a Resolução nº CONAMA nº 302/2002, regulamenta o art. 2º, "b", da Lei nº 4.771/1965, relativamente às áreas de preservação permanente ao redor de reservatórios d'água artificiais. Tal preceito, no entanto, foi revogado pela Lei nº 12.651/2012, cujo art. 4º, III, remete ao licenciamento ambiental do empreendimento a definição da faixa correspondente à área de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, ficando dispensada área de preservação permanente no entorno de

ADPF 748 / DF

reservatórios artificiais de água não decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais (**art. 4º, § 1º**) e nas acumulações de água com superfície inferior a 1 (um) hectare (**art. 4º, § 4º**).

De fato, revogada a base normativa imediata a amparar a **Resolução CONAMA nº 302/2002**, vale ressaltar que, embora distinto, o modelo de delimitação de áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais adotado na **Lei nº 12.651/2012**, a prestigiar as especificidades de cada caso concreto, não configura situação de anomia sobre a matéria, como já reconheceu, inclusive, esta Suprema Corte, nos precedentes citados (**ADC 42 e ADI 4903**).

Todavia, ainda que tal quadro aponte para a necessidade de ajustes na normativa do CONAMA pertinente de modo a melhor refletir o marco legislativo em vigor, notadamente a **Lei nº 12.651/2012**, a simples revogação da norma operacional ora existente parece conduzir a intoleráveis anomia e descontrole regulatório, situação incompatível com a ordem constitucional em matéria de proteção adequada do meio ambiente.

Assumem particular centralidade no dimensionamento da questão posta os **princípios da precaução** e da **vedação do retrocesso ambiental**, ambos já reconhecidos na jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal em matéria ambiental, na esteira dos seguintes precedentes:

O **princípio da precaução** é um critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o Estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais. Não há vedação para o controle jurisdicional das políticas públicas sobre a aplicação do princípio da precaução, desde que a decisão judicial não se afaste da análise formal dos limites desses parâmetros e que privilegie a opção democrática das escolhas discricionárias

ADPF 748 / DF

feitas pelo legislador e pela administração pública. (RE 627189, Relator Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 08.6.2016, DJe 03.4.2017)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA N. 558/2012. CONVERSÃO NA LEI N. 12.678/2012. (...) ALTERAÇÃO DA ÁREA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO POR MEDIDA PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CONFIGURADA OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL. AÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, JULGADA PROCEDENTE, SEM PRONÚNCIA DE NULIDADE. (...). 3. As medidas provisórias não podem veicular norma que altere espaços territoriais especialmente protegidos, sob pena de ofensa ao art. 225, inc. III, da Constituição da República. 4. As alterações promovidas pela Lei n. 12.678/2012 importaram diminuição da proteção dos ecossistemas abrangidos pelas unidades de conservação por ela atingidas, acarretando ofensa ao **princípio da proibição de retrocesso socioambiental**, pois atingiram o núcleo essencial do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto no art. 225 da Constituição da República. 5. Ação direta de inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada procedente, sem pronúncia de nulidade. (ADI 4717/DF, Relatora Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 05.4.2018, DJe 15.20.2019)

13. A Resolução CONAMA nº 303/2002 dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Tem fundamento normativo não só na Lei nº 4.771/1965, revogada, mas também na Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, nas responsabilidades do Estado brasileiro em face da Convenção da Biodiversidade, de 1992, da Convenção de Ramsar, de 1971, e da Convenção de Washington, de 1940, nos compromissos assumidos na Declaração do Rio de Janeiro, de 1992, e nos deveres impostos ao Poder Público pelos arts. 5º, caput e XXIII, 170, VI, 186, II, e

ADPF 748 / DF**225, caput e § 1º, da Constituição da República.**

O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou acerca da compatibilidade da **Resolução CONAMA nº 303/2002** com o marco legal em vigor:

Em precedentes similares à hipótese dos autos, também de Santa Catarina, a Primeira e a Segunda Turmas do STJ já se manifestaram sobre a legalidade da Resolução 303/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, entendendo que o órgão não exorbitou de sua competência. Nessa linha, destaco precedente em que o Relator, Ministro Humberto Martins, ressaltou possuir "o CONAMA autorização legal para editar resoluções que visem à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, inclusive mediante a fixação de parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente". (REsp 1.462.208/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015). No mesmo sentido: "O fundamento jurídico da impetração repousa na ilegalidade da Resolução do Conama 303/2002, a qual não teria legitimidade jurídica para prever restrição ao direito de propriedade, como aquele que delimita como área de preservação permanente a faixa de 300 metros medidos a partir da linha de preamar máxima. Pelo exame da legislação que regula a matéria (Leis 6.938/81 e 4.771/65), verifica-se que possui o Conama autorização legal para editar resoluções que visem à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, inclusive mediante fixação de parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, não havendo o que se falar em excesso regulamentar. (REsp 994.881/SC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 9/9/2009)." (STJ, REsp 1.544.928/SC, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma julgado em 15.9.2016, DJe 31.8.2020)

O conteúdo normativo veiculado na **Resolução CONAMA nº 303/2002** é plenamente assimilável ao direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, titularizado por toda a coletividade e cuja defesa,

ADPF 748 / DF

preservação e restauração são deveres do Poder Público. Sua revogação, nesse contexto, distancia-se dos objetivos definidos no **art. 225 da Constituição**, tais como explicitados na **Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)**, baliza material da atividade normativa do CONAMA. Caracteriza-se como verdadeiro retrocesso relativamente à satisfação do dever de proteger e preservar o equilíbrio do meio ambiente.

14. Como se vê, o estado de coisas (tanto na dimensão normativa quanto fática) inaugurado pela revogação das **Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002 do CONAMA** apresenta agravamento da situação de inadimplência do Brasil para com suas obrigações constitucionais e convencionais de tutela adequada e efetiva do meio ambiente. A **supressão** de marcos regulatórios ambientais, procedimento que não se confunde com a sua **atualização e ajustes necessários**, configura quadro normativo de retrocesso no campo da proteção e defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (**art. 225, caput, da CF**) e, conseqüentemente, dos direitos fundamentais à vida (**art. 5º, caput, da CF**) e à saúde (**art. 6º da CF**), a ponto de provocar a impressão da ocorrência de efetivo desmonte da estrutura estatal de prevenção e reparação dos danos à integridade do patrimônio ambiental comum. Nessa linha, observa a doutrina que

“(...) junto com o princípio do desenvolvimento sustentável, não se pode esquecer dos direitos à vida e à saúde das gerações futuras e, assim, há que se impedir que se tomem medidas que causariam danos a elas. **Reduzir ou revogar as regras de proteção ambiental teria como efeito impor às gerações futuras um ambiente mais degradado.**” (PRIEUR, Michel. O Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental *In* Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental. Brasília: Senado Federal, 2012, destaquei)

Admitir tal sorte de recuo normativo, segundo o magistério de Antonio Herman Benjamin, seria um contrassenso quando “*para muitas*

ADPF 748 / DF

espécies e ecossistemas em via de extinção ou a essa altura regionalmente extintos, a barreira limitrofe de perigo – o ‘sinal vermelho’ do mínimo ecológico constitucional – foi infelizmente atingida, quando não irreversivelmente ultrapassada. Num e noutro caso, para usar uma expressão coloquial, já não há gordura para queimar” (BENJAMIN, Antonio Herman. *Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental In Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental*. Brasília: Senado Federal, 2012, destaquei). Acresce o autor:

“É seguro afirmar que a proibição de retrocesso, apesar de não se encontrar, com nome e sobrenome, consagrada na nossa Constituição, nem em normas infraconstitucionais, e não obstante sua relativa imprecisão – compreensível em institutos de formulação recente e ainda em pleno processo de consolidação –, transformou-se em princípio geral do Direito Ambiental, a ser invocado na avaliação da legitimidade de iniciativas legislativas destinadas a reduzir o patamar de tutela legal do meio ambiente, mormente naquilo que afete em particular a) processos ecológicos essenciais, b) ecossistemas frágeis ou à beira de colapso, e c) espécies ameaçadas de extinção.” (BENJAMIN, Antonio Herman. *Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental In Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental*. Brasília: Senado Federal, 2012, destaquei).

15. No plano internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconhece que **a Convenção Americana sobre Direitos Humanos protege o direito a um meio ambiente sadio** na condição de decorrência necessária do **direito ao desenvolvimento** assegurado no seu **artigo 26**.

Nessa linha, assinalou em 06 de fevereiro de 2020, no caso *Comunidades indígenas membros da Associação Lhaka Honhat (Nossa Terra) vs. Argentina*, que “os Estados têm a obrigação de estabelecer mecanismos adequados para supervisionar e fiscalizar certas atividades, de modo a garantir os direitos humanos, protegendo-os das ações de entes públicos, assim como de

ADPF 748 / DF

agentes privados."

Além disso, o **Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ("Protocolo de San Salvador")**, que entrou em vigor em 16 de novembro de 1999, contempla expressamente o direito a um meio ambiente sadio, nos seguintes termos:

Artigo 11

Direito a um meio ambiente sadio

1. Toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e a contar com os serviços públicos básicos.
2. Os Estados Partes promoverão a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente.

No **Parecer Consultivo OC-23/17**, de 15.11.2017, solicitada pela República da Colômbia a respeito da interpretação dos direitos assegurados no **Pacto de São José da Costa Rica** diante do risco de severo impacto no meio ambiente marinho apresentado por grandes obras de infraestrutura realizadas na região do Mar do Caribe, a Corte Interamericana asseverou que:

O direito humano a um meio ambiente sadio tem sido entendido como um direito com conotações tanto individuais quanto coletivas. Em sua dimensão coletiva, o direito a um meio ambiente sadio constitui um interesse universal, que se deve tanto às gerações presentes quanto às futuras. Contudo, o direito ao meio ambiente sadio também tem uma dimensão individual, na medida em que a sua vulneração pode ter repercussões diretas ou indiretas sobre as pessoas em razão da sua conexão com outros direitos, tais como os direitos à saúde, à integridade pessoal ou à vida, entre outros. A degradação do meio ambiente pode causar danos irreparáveis aos seres humanos, de modo que um meio ambiente saudável é um direito fundamental à existência da humanidade.

ADPF 748 / DF

16. A **Declaração do Rio sobre o meio ambiente e o desenvolvimento**, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em **1992**, consagra, no seu Princípio 1 que *“os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.”* O seu Princípio 3 enuncia, ainda, que *“o direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras”*. Tais princípios convergem com o postulado da **dignidade da pessoa humana**, erigido como pilar da República Federativa do Brasil, na expressa dicção do **art. 1º, III, da Carta Política**, o que significa compreender que a efetiva proteção do meio ambiente concretiza um meio de assegurar ao ser humano das presentes e futuras gerações uma existência digna: a preservação do meio ambiente é indissociável da própria defesa dos direitos humanos.

Nesse mesmo sentido tem se orientado a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal:

(...) O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento,

ADPF 748 / DF

expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade. (MS 22.164/SP, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 30.10.1995, DJ 17.11.1995)

A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE: EXPRESSÃO CONSTITUCIONAL DE UM DIREITO FUNDAMENTAL QUE ASSISTE À GENERALIDADE DAS PESSOAS. - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste a todo o gênero humano (RTJ 158/205- 206). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presentes e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual (RTJ 164/158-161). O adimplemento desse encargo, que é irrenunciável, representa a garantia de que não se instaurarão, no seio da coletividade, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade, que a todos se impõe, na proteção desse bem essencial de uso comum das pessoas em geral. Doutrina.

A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.

- A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a defesa do meio ambiente (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina.

ADPF 748 / DF

Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural.

A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL (CF , ART. 3º, II) E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE (CF , ART. 225): O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE OBTENÇÃO DO JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E AS DA ECOLOGIA.

- O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações. (ADI 3540-MC/DF, Relator Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 01.9.2005, DJ 03.02.2006)

17. Na condução das políticas públicas assecuratórias do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabe à Administração fazer cumprir a Constituição e as leis, conferindo-lhes a máxima efetividade. Não é dado ao agente público lançar mão de “*método interpretativo que reduza ou debilita, sem justo motivo, a máxima eficácia*”

ADPF 748 / DF

possível dos direitos fundamentais” (FREITAS, Juarez. A melhor interpretação constitucional ‘versus’ a única resposta correta In SILVA, Virgílio Afonso. Interpretação Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2007).

Na mesma linha, observa Jorge Miranda que *“a uma norma fundamental tem de ser atribuído o sentido que mais eficácia lhe dê; a cada norma constitucional é preciso conferir, ligada a todas as outras normas, o máximo de capacidade de regulamentação”* (MIRANDA, Jorge. Direitos fundamentais e interpretação constitucional. Porto Alegre: Revista do TRF-4ª Região n. 30, 1998), imperativo que assume, na lição de Konrad Hesse, a seguinte sistematização:

Dado que a Constituição pretende ver-se atualizada e uma vez que as possibilidades e os condicionamentos históricos dessa atualização modificam-se, será preciso, na solução dos problemas, dar preferência àqueles pontos de vista que, sob as circunstâncias de cada caso, auxiliem as normas constitucionais a obter a máxima eficácia. (HESSE, 1984 Apud FREITAS, Juarez. A melhor interpretação constitucional ‘versus’ a única resposta correta In SILVA, Virgílio Afonso. Interpretação Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2007)

Observo, ainda, que o **art. 5º, § 1º, da Carta Política** veda sejam as normas definidoras de direitos fundamentais interpretadas como meras declarações políticas ou programas de ação, ou ainda como *“normas de eficácia limitada ou diferida”* (DIMOULIS; MARTINS, 2007). Tenho, pois, que, levadas a sério, não pode ser atribuída às normas constitucionais definidoras de princípios basilares da ordem jurídica (**arts. 1º, III, e 37, caput**) e direitos fundamentais (**arts. 5º, caput e XXIII, 6º e 225**) interpretação que lhes retire a densidade normativa.

18. O Estado brasileiro tem o dever – imposto tanto pela Constituição da República quanto por tratados internacionais de que signatário – de manter política pública **eficiente e efetiva** de defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de

ADPF 748 / DF

preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais. Ao estabelecer parâmetros normativos definidores de áreas protegidas, o Poder Público está vinculado a fazê-lo de modo a manter a integridade dos atributos ecológicos que justificam a proteção desses espaços territoriais. A atuação positiva do Estado decorre do direito posto, não havendo espaço, em tema de direito fundamental, para atuação discricionária e voluntarista da Administração, sob pena, inclusive, em determinados casos, de responsabilização pessoal do agente público responsável pelo ato, a teor do **art. 11, I, da Lei nº 8.429/1992**.

Em qualquer hipótese, é obrigação do Estado agir positivamente para alcançar o resultado pretendido pela Constituição, seja por medidas legislativas, seja por políticas e programas implementados pelo Executivo, desde que apropriados e bem direcionados.

Admite-se hoje, registra a doutrina, que a Administração Pública, ainda que com menor margem que o Judiciário, interprete a legislação vigente para executar sua atividade, assumindo especial relevo, nesse contexto, a interpretação da *“Constituição como fundamento direto do agir administrativo”*. Tal decorre da singela constatação de que *“não é possível preconizar-se que a Administração Pública atue em conformidade com a legislação e a Constituição sem que ao mesmo tempo realize a interpretação desses diplomas”* (ABBOUD, *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011). Com efeito, todo e qualquer **ato jurídico, enquanto ato linguístico**, é – ou resulta de –, em última análise, um **ato de interpretação**. Preciso, no aspecto, o magistério de Georges Abboud:

No Estado Constitucional, o princípio da legalidade sofre releitura de modo que a atividade da Administração Pública passa a estar vinculada ao texto constitucional.

Essa nova vinculação, conforme ensina Paulo Otero, ocorre em virtude de substituição da lei pela Constituição como fundamento direto e imediato do agir administrativo sobre determinadas matérias.

Portanto, no Estado Constitucional, configurou-se uma

ADPF 748 / DF

substituição da reserva vertical da lei por uma reserva vertical da própria Constituição. Essa substituição permitiu que a Constituição passasse a ser o fundamento direto do agir administrativo, tendo reflexo imediato em duas áreas de incidência: (a) a Constituição torna-se norma direta e imediatamente habilitadora da competência administrativa; (b) a Constituição passa a ser critério imediato da decisão administrativa.

(...)

A vinculação da Administração não é mais apenas em relação à legalidade, mas, sim, a um bloco de legalidade dentro do qual possui especial destaque o texto constitucional. (ABBOUD, *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011)

19. Ao fixar parâmetros mínimos de proteção de um direito fundamental, a **Lei nº 12.651/2012** não impede que as autoridades administrativas ambientais, mediante avaliação técnica, prevejam critérios mais protetivos. O que não se pode é proteger de forma insuficiente ou sonegar completamente o dever de proteção.

No modelo adotado pela **Política Nacional do Meio Ambiente**, estabelecidas pela legislação os parâmetros mínimos de proteção, às autoridades integrantes do SISNAMA, e notadamente ao CONAMA, compete, por expressa autorização legal (**Lei nº 6.938/1981**), a supressão de eventuais lacunas e a complementação da legislação de regência, respeitados (i) o conteúdo material da proteção constitucional, (ii) os patamares mínimos de proteção previstos em lei, (iii) imperativos de ordem técnica, (iv) a vedação da proteção insuficiente e (v) o dever de levar em consideração as necessidades das presentes e futuras gerações.

Bem compreendida, a **Lei nº 12.651/2012** apresenta condições mínimas de parametrização das áreas de preservação permanente. Não ostenta necessariamente, todavia, eficácia preemptiva de atividade normativa do órgão ambiental que, no exercício legítimo de competência outorgada pelo legislador, venha a impor, com base em critérios técnicos, controles mais rígidos.

ADPF 748 / DF

Essa compreensão, que aponta para o **art. 225 da Constituição da República** como vetor de legitimação de todo o complexo normativo voltado à concretização do direito fundamental nele assegurado, encontra ressonância também na interpretação atribuída pelo Superior Tribunal de Justiça na solução dos problemas ambientais, a evidenciar a postura decisória coerente do Poder Judiciário brasileiro a respeito da matéria:

5. O novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da "incumbência" do Estado de garantir a preservação e a restauração dos processos ecológicos essenciais (art. 225, § 1º, I). Precedentes. Agravo regimental improvido. (STJ, **AgRg no REsp 1.434.797/PR**, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma julgado em 17.5.2016, DJe 07.6.2016)

20. No caso dos ecossistemas e feições naturais típicos da Zona Costeira, tais como recifes, parcéis, praias, restingas, dunas e manguezais, a previsão de normas protetivas, pelo CONAMA, encontra abrigo, outrossim, nos **arts. 3º, 5º e 6º da Lei nº 7.661/1988**, que institui o **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Há de se observar, também, que, mediante o **Decreto nº 1.905/1996**, foi promulgada no Brasil a **Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional**, de 1971, pela qual o Estado brasileiro assumiu o compromisso de proteger áreas de pântano, charco, turfa ou **água**, naturais ou **artificiais**, e em especial aquelas que servem de habitat para aves migratórias.

Verifica-se, assim, que a revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis, tal como se deu, sem que se procedesse à sua substituição ou atualização, compromete não apenas o adimplemento da legislação como a observância de compromissos internacionais. O ímpeto,

ADPF 748 / DF

por vezes legítimo, de simplificar o direito ambiental por meio da desregulamentação não pode ser satisfeito ao preço do retrocesso na proteção do bem jurídico. Conforme leciona Antonio Herman Benjamin:

Violações ao princípio da proibição de retrocesso se manifestam de várias maneiras. A mais óbvia é a redução do grau de salvaguarda jurídica ou da superfície de uma área protegida (Parque Nacional, p. ex.); outra, menos perceptível e por isso mais insidiosa, é o esvaziamento ou enfraquecimento das normas de previsão de direitos e obrigações ou, por outro lado, os instrumentos de atuação do Direito Ambiental (Estudo Prévio de Impacto Ambiental, Áreas de Proteção Permanente, Reserva Legal, responsabilidade civil objetiva, p. ex.). (BENJAMIN, Antonio Herman. *Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental In Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental*. Brasília: Senado Federal, 2012, destaquei).

21. À vista dessas premissas normativas, afirma-se válida a inferência no sentido de que a **Resolução nº 500, de 28 de setembro de 2020, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)**, ao **revogar as Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002**, vulnera princípios basilares da Constituição Federal, sonega proteção adequada e suficiente ao direito fundamental ao meio ambiente equilibrado nela assegurado e promove desalinho, quando não o rompimento, em relação a compromissos internacionais de caráter supralegal assumidos pelo Brasil e que moldam o conteúdo desses direitos.

Na seara do direito ambiental, o respeito ao Estado de Direito assume uma **dimensão substantiva** que se impõe como limite objetivo às medidas de natureza legislativa, administrativa ou judicial que se revelem contrárias aos interesses da proteção ambiental, dada a particular suscetibilidade dos bens jurídicos por ele tutelados aos efeitos potencialmente deletérios de flutuações normativas. Nesse sentido,

(...) o Estado de direito com vistas à natureza deve ser entendido em termos da questão mais ampla do

ADPF 748 / DF

constitucionalismo ambiental, um conceito carregado de valores que emana numerosas características aptas a legitimar, dignificar e melhorar uma ordem jurídica. (KOTZÉ, Louis J. Sustainable development and the rule of law for nature: a constitutional reading. In VOIGT, Christina. (Ed.) Rule of Law for Nature: new dimensions and ideas in environmental law. Cambridge University Press, 2013)

Nesse contexto, embora não caiba ao Poder Judiciário se substituir à avaliação efetuada pelo Administrador relativamente ao mérito das políticas ambientais por ele desenvolvidas, insere-se no escopo de atuação dos Tribunais, por outro lado, forte no **art. 5º, XXXV, da CF**, assegurar a adequada observância dos parâmetros objetivos impostos pela Constituição, bem como preservar a integridade do marco regulatório ambiental.

22. Como justificado, o ato normativo impugnado, ao revogar normativa necessária e primária de proteção ambiental na seara hídrica, implica autêntica situação de degradação de ecossistemas essenciais à preservação da vida sadia, comprometimento da integridade de processos ecológicos essenciais e perda de biodiversidade, assim como o recrudescimento da supressão de cobertura vegetal em áreas legalmente protegidas.

A degradação ambiental tem causado danos contínuos à saúde (**art. 6º da CF**), à vida (**art. 5º, caput, da CF**) e à dignidade das pessoas (**art. 1º, III, da CF**), mantendo a República Federativa do Brasil distante de alcançar os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária (**art. 3º, I, da CF**), alcançar o desenvolvimento nacional (**art. 3º, II, da CF**), que só é efetivo se sustentável, e promover o bem de todos (**art. 3º, IV**). Tais danos são potencializados pela ausência de uma política pública eficiente de repressão, prevenção e reparação de danos ambientais.

Reforço, em cumprimento ao dever de justificação decisória, que a adequada tutela do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é norteadada pelo **princípio da precaução**, que alicerça preferência da preservação à restauração. Isso porque, uma vez comprometida a

ADPF 748 / DF

integridade de espaço territorial ou ecossistema, a sua restauração pode se revelar extremamente difícil ou inviável. Nessa linha, inclusive, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos:

o princípio da prevenção dos danos ambientais faz parte do direito internacional direito consuetudinário e implica a obrigação dos Estados de adotar as medidas que sejam necessárias *ex ante* a produção do dano ambiental, levando em consideração que, devido às suas peculiaridades, frequentemente não será possível, após consumado o dano, restaurar a situação existente anteriormente. [*Comunidades indígenas membros da Associação Lhaka Honhat (Nossa Terra) vs. Argentina*]

23. Ao lado da Resolução nº 500/2020, também se impugna resolução que, igualmente aprovada na Reunião Ordinária do CONAMA de 28.09.2020, revoga e substitui a Resolução nº 264/1999 para dispor sobre “o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer” e, após a propositura da presente ação, veio a ser numerada como Resolução nº 499/2020 (DOU de 08.10.2020).

A nova resolução amplia o leque dos resíduos cujo coprocessamento em fornos rotativos de produção de clínquer pode ser licenciado pelas autoridades competentes, não mais excluídos da atividade os resíduos domiciliares brutos, organoclorados, agrotóxicos, e, dentre os resíduos de serviços de saúde, os medicamentos, os resíduos provenientes do processo de produção da indústria farmacêutica e os que tenham sido descaracterizados em razão de submissão a tratamento que altere suas propriedades físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas. **Permanece proibido, vale dizer, o coprocessamento de resíduos radioativos, explosivos e demais resíduos provenientes de serviços de saúde.**

Entre a exigências previstas no ato normativo para o licenciamento da atividade está a apresentação de Estudo de Viabilidade de Queima (EVQ) que avalie a compatibilidade do resíduo a ser coprocessado com as características operacionais do processo e os impactos ambientais

ADPF 748 / DF

decorrentes desta prática.

O Anexo I da resolução estabelece limites de concentração de poluentes orgânicos persistentes na composição dos resíduos permitidos para fins de coprocessamento, e o Anexo III fixa limites de emissão de poluentes atmosféricos provenientes da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.

Em todo o mundo, as duas principais técnicas utilizadas para a eliminação de resíduos são os aterros (que respondem por mais de 70% do lixo produzido na maioria dos países da OCDE) e a incineração. Ambas apresentam vantagens e desvantagens do ponto de vista ambiental. Com efeito,

“Os principais problemas ambientais relacionados aos aterros são a geração de metano (um gás do efeito estufa) e a produção de chorume que pode contaminar as águas superficiais ou subterrâneas. A incineração contribui para a poluição do ar ao gerar poeira e gases ácidos e do efeito de estufa, metais vaporizados, sais metálicos, dioxinas e furanos. Além disso, resíduos sólidos despejados a céu aberto representam um terreno fértil para organismos causadores de doenças, representando um problema para a saúde pública.” (SANDS, Philippe e Outros. *Principles of International Environmental Law*. Cambridge University Press, 2012)

A eliminação de resíduos tem sido objeto de ampla regulação por instrumentos internacionais que, buscando minimizar seus problemas, impõem conformidade a estritos padrões técnicos. A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em 1972 na cidade de Estocolmo, proclama, no Princípio 6, o desiderato de se buscar o fim do despejo de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves ou irreparáveis aos ecossistemas.

Concluída em Londres no mesmo ano, a Convenção sobre Prevenção

ADPF 748 / DF

da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 87.566/1982), proíbe o despejo e a incineração de uma enorme gama de resíduos e outras substâncias no meio ambiente marinho, e impõe, quando permitido, severas restrições.

Já a Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, de 1989, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 34/1992 e promulgada pelo Decreto nº 875/1993, não obstante disciplinar, essencialmente, os movimentos transfronteiriços (exportação, trânsito e importação) dos resíduos nela definidos como perigosos (artigo 1, § 1, “a”), impõe aos Estados-membros (artigo 4, § 2, “a”) a obrigação de adotar medidas voltadas a assegurar que a geração de resíduos perigosos, considerados aspectos sociais, tecnológicos e econômicos, seja reduzida ao mínimo possível.

Ao disciplinar condições, critérios, procedimentos e limites a serem observados no licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para a atividade de coprocessamento de resíduos, a Resolução CONAMA nº 499/2020 atende não apenas ao disposto no art. 225, § 1º, IV, da CF, que exige estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, como também ao art. 225, § 1º, V, da CF, que impõe ao Poder Público o controle do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Impende observar que a disciplina guarda consonância com a Lei nº 12.305/2020, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e cujo art. 47, III, proíbe a *“queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade”* (destaquei). Nesse contexto, vale ressaltar que também ampara o coprocessamento em fornos rotativos o reconhecimento legal do aproveitamento energético como destinação final ambientalmente adequada para resíduos, desde que observadas normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos (arts. 3º, VII, e 7º, XIV, da Lei nº 12.305/2020).

ADPF 748 / DF

Ainda que apresente pontos negativos, assim como todas as alternativas a ela, a incineração controlada é tida como uma modalidade adequada de eliminação de resíduos. A necessidade de sua adoção é justificável, diante da capacidade limitada dos aterros sanitários, a demandar a diversificação da matriz de gestão de resíduos. E tampouco a ampliação encetada na Resolução nº 499/2020 parece desproporcional em sentido estrito, nela definidos parâmetros objetivos para controle de concentração e emissão de poluentes, consideradas as variáveis ambiental, social, econômica, tecnológica e de saúde pública.

Assim, observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, positivados como princípios setoriais da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 6º, XI, da Lei nº 12.305/2010), a Resolução nº 499/2020 não se mostra inconsistente, com as obrigações constitucionais, convencionais e legais do Poder Público. De modo que aqui o espaço de conformação do agir do administrador deve ser igualmente assegurado.

24. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da **Resolução CONAMA nº 500/2020**, com a imediata restauração da vigência e eficácia das **Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada**. Improcedente o pedido de inconstitucionalidade da **Resolução CONAMA nº 499/2020**.

É como voto.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

ADV.(A/S) : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO (68951/BA,
25120/DF, 409584/SP) E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -
CONAMA

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV

ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA (59837/SP)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE - ABRAMPA

AM. CURIAE. : REDE NACIONAL PRÓ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - REDE PRÓ
UC

ADV.(A/S) : VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA (313405/SP)

ADV.(A/S) : DOUGLAS HERRERA MONTENEGRO (83651/PR)

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL -
CNA

ADV.(A/S) : RUDY MAIA FERRAZ (22940/DF)

ADV.(A/S) : RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN (23866/DF, 374576/SP)

ADV.(A/S) : TACIANA MACHADO DE BASTOS (30385/DF, 45189/RS)

AM. CURIAE. : CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO - AELO

AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO -
SECOVI

ADV.(A/S) : MARCELO TERRA (19242/DF, 53205/SP)

ADV.(A/S) : MARCOS ANDRE BRUXEL SAES (165024/RJ, 20864/SC, 437731/
SP)

AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO - SNIC

ADV.(A/S) : WERNER GRAU NETO (02202/A/DF, 109705/RJ, 120564/SP)

ADV.(A/S) : CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO (376335/SP)

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

ADV.(A/S) : LEONARDO ESTRELA BORGES (87164/MG)

ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)

AM. CURIAE. : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA
ELETRICA - ABCE

ADV.(A/S) : WERNER GRAU NETO (02202/A/DF, 109705/RJ, 120564/SP)

ADV.(A/S) : CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO (376335/SP)

ADV.(A/S) : CLARA AMOROSO DE ANDRADE (427424/SP)

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber (Relatora),
Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Alexandre de
Moraes, que julgavam parcialmente procedente a arguição de

descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA n° 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA n°s 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada; e julgavam improcedente o pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA n° 499/2020, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo requerente, o Dr. Felipe Santos Corrêa; pelos *amici curiae* Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA e Rede Nacional Pró Unidades de Conservação - REDE PRÓ UC, a Dra. Vivian Maria Pereira Ferreira; pelos *amici curiae* Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE e Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento - SNIC, o Dr. Werner Grau Neto; pelo *amicus curiae* Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Dr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann; e, pelo *amicus curiae* Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Dr. Leonardo Estrela Borges. Plenário, Sessão Virtual de 10.12.2021 a 17.12.2021.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Nunes Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

23/05/2022

PLENÁRIO

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748
DISTRITO FEDERAL**

VOTO-VISTA

O Senhor Ministro Dias Toffoli:

Cuida-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB Nacional), com pedido de medida cautelar, em face da **Resolução CONAMA nº 500/2020**, que **revogou a Resolução nº 284/2001**, que dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação, a **Resolução nº 302/2002**, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, e a **Resolução nº 303/2002**, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Além disso, a parte autora impugna a **Resolução CONAMA nº 499/2020**, que dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer e revoga a Resolução nº 264/1999.

Em suma, o requerente considera violados os **arts. 5, inciso XXXVI; 37, caput; e 225 da Constituição Federal**, os quais veiculam os princípios da segurança jurídica, da eficiência, da motivação e da legalidade dos atos da Administração Pública, bem como da proibição ao retrocesso socioambiental e o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Ministra **Rosa Weber (Relatora)** deferiu parcialmente a medida cautelar pleiteada, a qual foi referendada por unanimidade pelo Plenário da Corte, suspendendo, até o julgamento do mérito da arguição, os efeitos da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, e indeferindo o pedido de suspensão da eficácia da Resolução CONAMA nº 499/2020 (DJe de 10/12/20).

Em sessão virtual iniciada em **10 de dezembro de 2021**, a Relatora

ADPF 748 / DF

proferiu voto em favor da **parcial procedência do pedido**.

Em síntese, fundamenta Sua Excelência que a revogação dos parâmetros então vigentes para as matérias ambientais em questão sem a previsão de novos critérios em substituição acarretaria verdadeira anomia e configuraria uma espécie de dispensa tácita de licenciamento ambiental no que se refere aos empreendimentos tratados nas resoluções revogadas.

Aduz, ademais, que a lei federal instituidora do CONAMA prevê que órgão federal estabelecerá critérios mínimos para licenciamento de atividades potencialmente poluidoras. Vislumbra, portanto, caracterizado o retrocesso ambiental ante o contexto de anomia, e configurada a violação do art. 225 da CF/88, em razão da proteção insuficiente de áreas de proteção ambiental.

Fundamenta que,

“ainda que tal quadro aponte para a necessidade de ajustes na normativa do CONAMA pertinente de modo a melhor refletir o marco legislativo em vigor, notadamente a Lei nº 12.651/2012 [Novo Código Florestal], a simples revogação da norma operacional ora existente parece conduzir a intoleráveis anomia e descontrole regulatório, situação incompatível com a ordem constitucional em matéria de proteção do meio ambiente”.

Quanto à Resolução CONAMA nº 499/2020, afirma que esta ampliaria “o leque dos resíduos cujo coprocessamento em fornos rotativos de produção de clínquer pode ser licenciado pelas autoridades competentes”, permanecendo proibido o coprocessamento de resíduos radioativos, explosivos e demais resíduos provenientes de serviços de saúde. Destaca que a citada Resolução atende não apenas ao disposto no art. 225, § 1º, inciso IV, da CF/88 - que exige estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente -, como também impõe ao Poder Público o controle do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente,

ADPF 748 / DF

estando em consonância com a Lei nº 12.305/2020 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Por essas razões, votou por se **declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020**, com a imediata restauração da vigência e eficácia das resoluções revogadas, confirmando a medida cautelar implementada. **Votou também pela improcedência do pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 499/2020.**

Acompanharam a Relatora os Ministros **Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.**

Pedi vista dos autos para melhor apreciar a questão.

De início, acompanho a eminente Relatora quanto ao conhecimento da arguição.

Extraio dos autos que a impugnação se volta, inicialmente, contra a revogação, sem substituição, de atos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que dispõem acerca **(i)** do licenciamento de empreendimentos de irrigação; **(ii)** dos parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno e **(iii)** dos parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

A Constituição Federal tutela o meio ambiente em diversos dispositivos, sendo tema dotado de transversalidade na ordem constitucional em vigor.

O ponto nodal desse sistema normativo reside no art. 225, que estabelece o **direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado**. Vide o texto de nossa Carta:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O preceito revela ser o meio ambiente ecologicamente equilibrado

ADPF 748 / DF

direito de titularidade coletiva, dotado, portanto, de transindividualidade, que faz emergir o **interesse difuso em sua preservação**. É por esse motivo que o constituinte conferiu não só ao Poder Público, mas a toda a coletividade, o dever de defesa e preservação do meio ambiente.

No que tange à obrigação dirigida ao Poder Público, vale ressaltar a observação de **Paulo Affonso Leme Machado** de que a **Constituição “engaja[] os três Poderes da República na missão de preservação e defesa do meio ambiente”** (MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, Salvador: Juspodivm, 27^a ed., p. 165).

Outrossim, a ordem constitucional em vigor consagra o princípio da responsabilidade intergeracional na manutenção do equilíbrio ecológico, ao determinar que esse deve ser garantido para as presentes e as futuras gerações.

A Carta de 1988 segue tendência observada em quase todas as Constituições dos estados democráticos, nas quais o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado se encontra inserido textualmente. Esses textos buscam atender a normativas internacionais consubstanciadas em declarações e convenções, sendo precursora a **Declaração de Estocolmo**, aprovada na Conferência de 1972 da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, que serviu de paradigma e referencial para toda a comunidade internacional, a qual estabelecia, em seu Princípio 1, que

“o homem tem o direito fundamental à liberdade, igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, e tem a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para a presente e as futuras gerações.”

O direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui, como bem observou o Ministro **Celso de Mello** no julgamento do MS nº

ADPF 748 / DF

22.164 (Tribunal Pleno, DJ de 17/11/95),

“direito fundamental de terceira geração que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo o gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação – que incumbe ao Estado e à coletividade – de defendê-lo e de preservá-lo em benefício das presentes e futuras gerações.”

Com o fito de efetivar o que está assegurado no caput do art. 225, a Constituição estabelece, no § 1º do mesmo dispositivo, uma série de **obrigações específicas dirigidas ao Poder Público, as quais devem balizar a ação do legislador, do administrador público e também do magistrado**, esse no controle judicial de políticas em matéria ambiental, as quais transcrevo:

“§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a

ADPF 748 / DF

vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

A proteção ao meio ambiente, portanto, não configura mera liberalidade do Poder Público, tratando-se de **imperativo constitucional que obriga as autoridades competentes a cumprir e a fazer cumprir tais preceitos, o qual irradia-, além disso, para todo o corpo social**, como se extrai dos princípios gerais da ordem econômica, na forma prevista no art. 170, inciso VI, *in verbis*:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Como acontece em relação a outros direitos fundamentais reconhecidos pelo texto constitucional, no caso do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o princípio da vedação ao retrocesso surge como uma barreira à supressão pura e simples do núcleo essencial desse preceito, o que tem impacto na atividade legislativa e

ADPF 748 / DF

regulamentar que visa a disciplinar a matéria.

Embora não se revista de caráter absoluto de forma a engessar o exercício das competências dos Poderes constituídos, é certo que o **princípio da vedação ao retrocesso ambiental afasta a possibilidade de que alterações legislativas ou regulamentares venham a eliminar a proteção ambiental sobre determinados ecossistemas ou a dispensar a fiscalização ambiental sobre determinados empreendimentos com potencial degradante, por configurar uma involução na proteção ao meio ambiente que não se justifica perante o ordenamento jurídico.**

Nesse sentido, **não é dado ao legislador ou ao administrador, no exercício de suas respectivas competências, estabelecer verdadeiro vácuo normativo que impossibilite a concretização de direitos fundamentais individuais ou coletivos para os quais o texto constitucional determina postura protetiva e promocional.** Por oportuno, consigno a lição de **Felipe Derbli**:

“Constitui o núcleo essencial do princípio da proibição de retrocesso social a vedação ao legislador de suprimir, pura e simplesmente, a concretização de norma constitucional que trate do núcleo essencial de um direito fundamental social, impedindo a sua fruição, sem que sejam criados mecanismos equivalentes ou compensatórios. É defeso o estabelecimento (ou restabelecimento, conforme o caso) de um vácuo normativo em sede legislativa” (O Princípio da Proibição de Retrocesso Social na Constituição de 1988. Renovar: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, 2007).

Na mesma toada, **Ingo Wolfgang Sarlet** e **Tiago Fensterseifer** discorrem acerca do mencionado princípio:

“Valendo-nos aqui da lição de JORGE MIRANDA (que, todavia, admite uma proibição apenas relativa de retrocesso), o legislador não pode simplesmente eliminar as normas (legais) que concretizam os direitos fundamentais, pois isso equivaleria

ADPF 748 / DF

a subtrair às normas constitucionais a sua eficácia jurídica, já que o cumprimento de um comando constitucional acaba por converter-se em uma proibição de destruir a situação instaurada pelo legislador. Em outras palavras, **mesmo tendo em conta que o espaço de prognose e de decisão dos órgãos legislativos é variável, ainda mais no marco dos direitos sociais e das políticas públicas para a sua realização, não se pode admitir que em nome da liberdade de conformação do legislador o valor jurídico de tais direitos, assim como a sua própria fundamentalidade, acabem sendo esvaziados**” (Notas sobre os Deveres de Proteção do Estado e a Garantia da Proibição de Retrocesso em Matéria (Socio)Ambiental. Disponível em http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20131207162429_2438.pdf . Acesso em 26/4/2022)

Na espécie, estamos a tratar da **revogação, pela Resolução CONAMA nº 500/2020, das Resoluções nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002.**

A **Resolução CONAMA nº 284/2001**, como já mencionado, dispõe sobre o licenciamento de empreendimentos de irrigação, classificando-os, disciplinando o procedimento para concessão de licença ambiental e especificando quais exigências se aplicam para cada categoria de propriedade.

Sua revogação, sem a edição de qualquer normativo que venha a substituir suas disposições, **exclui do ordenamento jurídico a disciplina para a concessão de licença ambiental no âmbito de projetos de irrigação.**

Embora a Advocacia-Geral da União indique a aplicabilidade da Resolução CONAMA nº 237/1997 para o licenciamento de tais empreendimentos, verifico se tratar de ato normativo genérico, que não menciona especificamente os projetos de irrigação - como o faz a norma revogada - e que atribui ao órgão ambiental competente o detalhamento do procedimento de concessão de licença para cada tipo de atividade ou empreendimento, considerando suas especificidades, riscos ambientais,

ADPF 748 / DF

porte e outras características.

É o que também concluiu a Procuradoria-Geral da República, ao afirmar que a Resolução CONAMA nº 284/2001 seria o

“único ato de nível federal a dispor especificamente sobre os empreendimentos de irrigação, classificando-os em categorias, segundo a dimensão da área irrigada e o método de irrigação empregado, definindo parâmetros a serem observados pelo órgão ambiental competente para o licenciamento e estabelecendo prioridade para os projetos que incorporem equipamentos e métodos de irrigação mais eficientes em relação ao consumo de água e de energia” (doc. 139).

Por sua vez, a **Resolução CONAMA nº 302/2002** estabelece parâmetros, definições e limites para as Áreas de Preservação Permanente de reservatório artificial e estipula a obrigação de elaboração de plano ambiental de conservação para seu entorno.

A norma faz remissão ao art. 2º, alínea “b”, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o antigo Código Florestal, que considerava como locais de preservação permanente as florestas e as demais formas de vegetação situadas, entre outros, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais.

A revogação da Resolução CONAMA nº 302/2002 foi fundamentada, segundo o Ministério do Meio Ambiente (doc. 134), em sua incompatibilidade com o novo Código Florestal, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que por seu turno, definiu como Área de Preservação Permanente, de forma mais específica, “as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento” (art. 4º, inciso III).

O Código Florestal, art. 4º, estabelece ainda:

“§ 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram

ADPF 748 / DF

de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

(...)

§ 4º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do **caput**, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.”

É de se observar, todavia, que o regime conferido pela lei às áreas de preservação permanente de reservatório artificial não substitui, por completo, a necessidade de regulamentação mais especificada por parte do órgão ambiental.

Nesse sentido, tem razão a eminente Relatora ao concluir que, **ainda que a regulamentação da matéria demande ajustes, de forma a se adequar ao Código Florestal vigente, a revogação pura e simples da Resolução CONAMA nº 302/2002 excluiria do ordenamento jurídico importantes balizas previstas no normativo, ainda aplicáveis aos empreendimentos que pleiteiem o licenciamento ambiental para essas áreas.**

Quanto ao ponto, é oportuna a manifestação da Procuradoria-Geral da República:

“Considerando que a Lei 12.651/2012 tenha estabelecido, em seu art. 4º, III, que as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, constituirão área de preservação na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, a Resolução 302/2002 ainda pode oferecer, sem exceder seu papel regulamentador, critérios mínimos a serem observados nos licenciamentos a que estarão sujeitas essas áreas, a exemplo daqueles previstos no § 4º do art. 3º da Resolução.

Mesmo a exigência de metragens mínimas determinadas

ADPF 748 / DF

nos incisos I, II e III do art. 3º da Resolução 302/2002, uma vez permitidas as flexibilizações de que tratam os §§ 1º a 3º do mesmo artigo, pode ser legitimamente mantida como razoável baliza a ser observada pelo órgão licenciador até que sobrevenha a devida adequação da norma em relação ao novo Código Florestal.

Ressalte-se, ainda, que o antigo Código Florestal, tal qual o diploma que o substituiu, não especificava áreas mínimas ou máximas a que corresponderiam as APPs no entorno de reservatórios d'água, de forma que o estabelecimento dos pormenores necessários à aplicação da lei, na forma que o faz a Resolução 302/2002, mostra-se legítimo em face de ambos os atos normativos" (doc. 139).

Por fim, a **Resolução CONAMA nº 303/2002** estabelece parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, tendo sido revogada em razão de suposta incompatibilidade com a Lei nº 12.651/2012.

Não obstante, o ato normativo se fundamenta, também, na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, e, ademais, **estipula relevantes parâmetros para a configuração de Áreas de Proteção Permanente**, tendo sido editada no limite da competência normativa do CONAMA (Lei nº 6.938/1981, art. 8º, inciso VII) e em harmonia com a competência do chefe do Poder Executivo prevista no Código Florestal para criar APPs (Lei nº 12.651/2012, art. 6º).

Além disso, o **juízo de legalidade da norma foi realizado pelo Superior Tribunal de Justiça**, que atestou sua compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente, considerando a **competência do CONAMA para editar resoluções que visem à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, inclusive no que se refere à estipulação de parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, não vislumbrando, no caso, excesso regulamentar** (STJ,

ADPF 748 / DF

REsp 1.544.928/SC, Segunda Turma, Rel. Min. **Herman Benjamin**, julgado em 15.9.2016, DJe 31.8.2020).

Concluo, portanto, que a **Resolução CONAMA nº 500/2020** importou em violação do princípio da vedação ao retrocesso ambiental, ao impor situação de anomia e permissividade onde antes havia disciplina expressa que limitava o exercício de atividades potencialmente degradantes ao meio ambiente. Filio-me, portanto, ao entendimento da Relatora, no sentido de que

“[a] supressão de marcos regulatórios ambientais, procedimento que não se confunde com a sua atualização e ajustes necessários, configura quadro normativo de retrocesso no campo da proteção e defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF) e, conseqüentemente, dos direitos fundamentais à vida (art. 5º, caput, da CF) e à saúde (art. 6º da CF), a ponto de provocar a impressão da ocorrência de efetivo desmonte da estrutura estatal de prevenção e reparação dos danos à integridade do patrimônio ambiental comum.”

No que se refere à **Resolução CONAMA nº 499/2020**, na linha do entendimento da eminente Relatora, não vislumbro inconstitucionalidade, considerando que a norma estabelece limites à atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer – embora tenha ampliado os tipos de resíduos cujo coprocessamento é passível de licenciamento –, **deixando de incorrer na situação de anomia e desregulamentação descrita em relação à Resolução CONAMA nº 500/2020, estando, ademais, em consonância com a Lei nº 12.305/2020, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

Registre-se, por fim, que as **Resoluções CONAMA** aqui analisadas foram objeto de escrutínio pelo Supremo Tribunal por ocasião do julgamento das **Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nºs 747 e 749**, da relatoria da Ministra **Rosa Weber**,

ADPF 748 / DF

oportunidade em que o Plenário **declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 500/2020**, sob os fundamentos a seguir sumarizados:

“4. A revogação da Resolução CONAMA nº 284/2001 sinaliza dispensa de licenciamento para empreendimentos de irrigação, mesmo que potencialmente causadores de modificações ambientais significativas, a evidenciar graves e imediatos riscos para a preservação dos recursos hídricos, em prejuízo da qualidade de vida das presentes e futuras gerações (art. 225, caput e § 1º, I, da CF). 5. A revogação das Resoluções nºs 302/2002 e 303/2002 distancia-se dos objetivos definidos no art. 225 da CF, baliza material da atividade normativa do CONAMA. Estado de anomia e descontrole regulatório, a configurar material retrocesso no tocante à satisfação do dever de proteger e preservar o equilíbrio do meio ambiente, incompatível com a ordem constitucional e o princípio da precaução. Precedentes. Retrocesso na proteção e defesa dos direitos fundamentais à vida (art. 5º, caput, da CF), à saúde (art. 6º da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, caput, da CF). 6. A Resolução CONAMA nº 500/2020, objeto de impugnação, ao revogar normativa necessária e primária de proteção ambiental na seara hídrica, implica autêntica situação de degradação de ecossistemas essenciais à preservação da vida sadia, comprometimento da integridade de processos ecológicos essenciais e perda de biodiversidade, assim como o recrudescimento da supressão de cobertura vegetal em áreas legalmente protegidas. A degradação ambiental tem causado danos contínuos à saúde (art. 6º CRFB), à vida (art. 5º, caput, CRFB) e à dignidade das pessoas (art. 1º, III, CRFB), mantendo a República Federativa do Brasil distante de alcançar os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CRFB), alcançar o desenvolvimento nacional (art. 3º, II, CRFB), que só é efetivo se sustentável, e promover o bem de todos (art. 3º, IV, CRFB). Tais danos são potencializados pela ausência de uma política pública eficiente de repressão, prevenção e reparação de danos ambientais” (ADPF nº 749/DF,

ADPF 748 / DF

Tribunal Pleno, Rel. Min. **Rosa Weber**, julgado em 14/12/21, DJe de 10/1/22)

De outra sorte, naquela assentada, **o Tribunal reconheceu a constitucionalidade da Resolução CONAMA nº 499/2020**. Vejamos trecho da ementa:

“7. Ao disciplinar condições, critérios, procedimentos e limites a serem observados no licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para a atividade de coprocessamento de resíduos, a Resolução CONAMA nº 499/2020 atende ao disposto no art. 225, § 1º, IV e V, da CF, que exige estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente e impõe ao Poder Público o controle do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Mostra-se consistente, ainda, com o marco jurídico convencional e os critérios setoriais de razoabilidade e proporcionalidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos (art. 6º, XI, da Lei nº 12.305/2010)” (ADPF nº 749/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. **Rosa Weber**, julgado em 14/12/2021, DJe de 10/1/2022).

Assim sendo, **acompanho integralmente o voto da Relatora**.

Pelo exposto, **voto pela parcial procedência da arguição, declarando-se a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020 e restaurando-se a vigência das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002. Ademais, voto pela improcedência da arguição no que se refere à Resolução CONAMA nº 499/2020**.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 748

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

ADV.(A/S) : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO (68951/BA,
25120/DF, 409584/SP) E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -
CONAMA

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV

ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA (59837/SP)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE - ABRAMPA

AM. CURIAE. : REDE NACIONAL PRÓ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - REDE PRÓ
UC

ADV.(A/S) : VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA (313405/SP)

ADV.(A/S) : DOUGLAS HERRERA MONTENEGRO (83651/PR)

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL -
CNA

ADV.(A/S) : RUDY MAIA FERRAZ (22940/DF)

ADV.(A/S) : RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN (23866/DF, 374576/SP)

ADV.(A/S) : TACIANA MACHADO DE BASTOS (30385/DF, 45189/RS)

AM. CURIAE. : CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO - CBIC

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOTEAMENTO E
DESENVOLVIMENTO URBANO - AELO

AM. CURIAE. : SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO -
SECOVI

ADV.(A/S) : MARCELO TERRA (19242/DF, 53205/SP)

ADV.(A/S) : MARCOS ANDRE BRUXEL SAES (165024/RJ, 20864/SC, 437731/
SP)

AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO - SNIC

ADV.(A/S) : WERNER GRAU NETO (02202/A/DF, 109705/RJ, 120564/SP)

ADV.(A/S) : CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO (376335/SP)

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

ADV.(A/S) : LEONARDO ESTRELA BORGES (87164/MG)

ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)

AM. CURIAE. : ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMPANHIAS DE ENERGIA
ELETRICA - ABCE

ADV.(A/S) : WERNER GRAU NETO (02202/A/DF, 109705/RJ, 120564/SP)

ADV.(A/S) : CAIO LUIZ ALTAVISTA ROMAO (376335/SP)

ADV.(A/S) : CLARA AMOROSO DE ANDRADE (427424/SP)

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber (Relatora),
Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Alexandre de
Moraes, que julgavam parcialmente procedente a arguição de

descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada; e julgavam improcedente o pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 499/2020, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo requerente, o Dr. Felipe Santos Corrêa; pelos *amici curiae* Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA e Rede Nacional Pró Unidades de Conservação - REDE PRÓ UC, a Dra. Vivian Maria Pereira Ferreira; pelos *amici curiae* Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica - ABCE e Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento - SNIC, o Dr. Werner Grau Neto; pelo *amicus curiae* Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, o Dr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann; e, pelo *amicus curiae* Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Dr. Leonardo Estrela Borges. Plenário, Sessão Virtual de 10.12.2021 a 17.12.2021.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 500/2020, com a imediata restauração da vigência e eficácia das Resoluções CONAMA nºs 284/2001, 302/2002 e 303/2002, como já definido na medida cautelar implementada, e julgou improcedente o pedido de inconstitucionalidade da Resolução CONAMA nº 499/2020. Tudo nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 13.5.2022 a 20.5.2022.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário